

Assis Moreira - 'Nacionalismo metálico' entra no radar

Valor Econômico

Relatório da OCDE aponta crescentes restrições às exportações de matérias-primas especiais empregadas na transição para a energia verde

As matérias-primas críticas tomam crescente espaço em estratégias de governos para assegurar o abastecimento, na transformação de uma economia dominada por combustíveis fósseis, em uma economia liderada por tecnologias de energia renovável. Há oportunidades, mas também riscos de mais conflitos comerciais e mais tensões internacionais. O Brasil, em todo o caso, poderá ter papel relevante na cadeia de suprimentos da transição verde.

Algumas matérias-primas relativamente abundantes, que tradicionalmente têm sustentado a produção industrial, como alumínio, cobre e minério de ferro e aço, continuarão sendo essenciais nos setores verdes. Outros materiais, como minerais de terras raras, lítio, cobalto ou níquel, são predominantes nas novas tecnologias, veículos elétricos, energia renovável.

A transição verde reduzirá a dependência global de combustíveis fósseis. Ocorre que a produção de matérias-primas industriais é bem menor que a oferta de petróleo. Além disso, relatório da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) aponta crescentes restrições às exportações. Um alto funcionário europeu reagiu tuitando: “Preparem-se para o nacionalismo metálico”.

O tema está na ordem do dia impulsionado pelo compromisso de um grande número de países de alcançar emissões líquidas zero de CO₂ até 2050. Isso exigirá um aumento enorme da produção e do comércio internacional de várias matérias-primas para descarbonizar as economias. Exemplo: um carro elétrico típico requer seis vezes mais insumos minerais do que um carro convencional, e uma usina eólica terrestre exige nove vezes mais recursos minerais do que uma usina a gás. Pelas projeções da Agência Internacional de Energia (AIE), nos próximos 20 anos a demanda do setor de energia limpa por materiais como cobalto, grafite natural ou lítio aumentará de 20 para mais de 40 vezes.

Na última década, o lítio, elementos de terras raras, cromo, arsênico, cobalto, titânio, selênio e magnésio registraram as maiores expansões de volume de produção, variando entre 33% para magnésio a 208% para o lítio. Mas a OCDE calcula que esse aumento é modesto comparado ao projetado crescimento da demanda na transição verde. Ao mesmo tempo, a produção de outras matérias-primas críticas, como chumbo, grafite natural, zinco, minérios metálicos preciosos e concentrados e estanho, declinou nesse período.

A produção é hoje concentrada em alguns países. A China é um dos principais produtores de seis das dez matérias-primas críticas com produção mais concentrada, enquanto Austrália e Rússia aparecem três vezes, e a África do Sul e o Zimbábue, duas vezes.

Por sua vez, a concentração no comércio internacional desses produtos parece mais modesta, mas a OCDE mostra visível inquietação. Metade da dependência de abastecimento de seus países membros (38 industrializados e alguns emergentes) está concentrada em países do Brics: a China responde por 24% do total, a Rússia por 10%, seguida por Brasil (6%), África do Sul (6%) e Índia (4%). Ela ocorre em uma gama de diferentes matérias-primas críticas, mas sobretudo em metais tradicionais como ferro e aço, cobre e alumínio, também utilizados intensivamente em tecnologias verdes.

O Japão é responsável por 9% de toda a dependência, seguido por Chile, Colômbia e Austrália (8% cada). Chile e Austrália, por exemplo, dependem principalmente de ferro, aço e produtos químicos inorgânicos importados principalmente da China e de outros países do Brics, e a Colômbia, de materiais de alumínio.

Ao mesmo tempo, a incidência global de restrições à exportação de matérias-primas críticas aumentou mais de cinco vezes em dez anos. Cerca de 10% do valor global das exportações de matérias-primas críticas enfrentou pelo menos uma medida de restrição às exportações nos últimos anos. A OCDE atribui o uso dessas barreiras a uma mistura complexa de considerações econômicas e não econômicas.

China, Índia, Argentina, Rússia, Vietnã e Cazaquistão são os seis principais países que mais impuseram novas restrições na exportação. Com a China, o Ocidente tem crescente rivalidade. Com a Rússia, tem a guerra na Ucrânia. É nesse cenário de alta tensão geopolítica que os países da OCDE estão cada vez mais expostos a restrições à exportação de matérias-primas críticas.

O Chile é país que mais recentemente anunciou plano de nacionalizar as reservas de lítio. O México já decidiu a nacionalização de sua indústria dessa commodity no ano passado. A Indonésia controla a exportação de níquel, pela qual quer ser uma potência na energia limpa. O Zimbábue proibiu a exportação de lítio não processado. Na América Latina, segundo levantamento da Universidade de Boston (EUA), os investimentos de companhias da China focam cada vez mais em lítio, energia renovável e veículos elétricos. Em janeiro, a Bolívia anunciou acordo de investimento de US\$ 1 bilhão com os chineses envolvendo suas reservas de lítio.

O Brasil tem um peso nada desprezível em algumas matérias-primas industriais estratégicas. Conforme levantamento da OCDE, o país detém a segunda maior reserva mundial de elementos de terra rara (18,33% do total), bastante utilizada na

indústria de alta tecnologia; de manganês (13,6%) e de ferro-gusa (18,8%). Tem a terceira maior reserva de níquel (12,4%) e também de grafite natural (24%). Mas, em termos de produção, só aparece entre os maiores com o grafite, com 8,5% do total e 2% de ferro-gusa. O estudo não menciona que o Brasil é o maior produtor mundial de nióbio, metal muito resistente ao calor e ao desgaste e amplamente cobiçado.

O país impõe licença de exportação para quatro produtos: nióbio, terras raras, titânio e zircônio (com grande aplicação na indústria nuclear).

O interesse de parceiros aumentou. A China busca investir onde pode, no setor. A União Europeia quer explorar com o Brasil uma parceria estratégica em matérias-primas críticas. No governo de Jair Bolsonaro, a diplomacia brasileira já tinha respondido aos Estados Unidos que eles eram bem-vindos, inclusive para fazer diferença em investimentos nesse setor, mas que o Brasil não pretendia privilegiar parceiros, como queria Washington. Agora, cabe ao governo Lula definir claramente a direção que o país vai tomar.